

OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

A integração pode (deve) ser para a «Universidade» um elemento impulsionador de mudança, provocando a alteração do comportamento dos académicos, sendo de esperar, obviamente, que seja factor de novas tensões na vida da instituição universitária, dado que toca a sua natureza, isto é, o processo de formação/investigação em si mesmo. Quando falo em «Universidade» estou a referir-me à instituição no seu sentido universal (universalidade) e não a esta ou aquela instituição em particular. Neste trabalho, pretendo centrar-me, claro, na «Universidade Moçambicana» na sua universalidade.

As pessoas olham com alguma expectativa para a integração, como uma forma de abrir as regiões a uma partilha equitativa dos seus recursos, por todos e em todos os países que são parte desses espaços de integração. Às ameaças mais que prováveis trazidas pela integração (às identidades, às soberanias), o que é necessário é sobrepor-lhes as oportunidades que suscita, enfrentando-a como uma janela aberta a todos os que estejam dispostos a apanharem o comboio da modernidade.

Estará um país como Moçambique, com as debilidades que se lhe conhecem aos níveis económico e social, preparado a integração que já está em curso? Será a integração uma solução para Moçambique? A integração pode ser a solução para muitos dos nossos problemas, no sentido da modernização do país, da sua economia e do seu sistema de educação. Mas, para que essa modernização ocorra é fundamental que se produzam alterações na cultura prevalecente, que envolve aspectos que são resistentes ao progresso, entre outros o elevado grau de fatalismo, a vivência ainda muito centrada no presente, ou mesmo no passado, e não no futuro, a excessiva concentração da autoridade e o desrespeito pela realidade económica da vida¹.

A mudança cultural é indispensável e ela começa, lentamente a ocorrer. Se uns procuram respostas definitivas e globais em projectos pouco imaginativos centrados em lideranças políticas e económicas iluminadas, outros reivindicam melhorias e mudanças de fundo na educação. Na verdade, do que efectiva e urgentemente o nosso país precisa é de uma educação moderna de base científica que permita pensar os desafios que se colocam à economia, à cultura e ao domínio do meio ambiente.

A integração tem aqui o seu papel, porque hoje, mais do que em épocas anteriores, as novas tecnologias podem providenciar fácil acesso à informação². No nosso país, sabemos-lo por experiência própria, como é muitas vezes difícil, em várias zonas,

¹. Daniel Etounga-Manguelle, *Globalização e Conflito de Identidades*, Lisboa, Dom Quixote, 2003, pp. 119-126. O Professor Etounga-Manguelle ocupou vários altos cargos em instituições científicas, nomeadamente na Sociedade Africana de Estudos de Exploração e Gestão, SADEG, de Yaoundé, na República dos Camarões, de que foi presidente e CEO.

². De acordo com especialistas africanos, todos os Estados africanos estão hoje ligados à *internet*, abrangendo uma população de cerca de 5 milhões de subscritores, e mais de meia centena de cidades tem acesso à rede, parte significativa delas situada na África do Sul.

estabelecer comunicações telefónicas e como dispendiosas podem ser essas comunicações quando comparadas com o rendimento *per capita* do país. Os sistemas de comunicação desempenham um papel crítico, porque o isolamento físico é o maior impedimento ao desenvolvimento dos países africanos. È assim necessário desenvolver projectos de transportes por forma a abrir primeiro os nossos mercados regionais antes de aderirmos ao mercado mundial.

A integração não pode ser encarada como apenas uma questão de acesso a novos mercados. Ela é, sobretudo, um estado de espírito, não podendo realizar-se sem abertura aos outros e sem um real desejo de vir a ser um cidadão do novo espaço integrado. Ela pode oferecer muitas oportunidades novas para se chegar a uma melhor compreensão do que significa uma vivência em comum, o que implica aceitar as diferenças, respeitar a identidade e as particularidades do outro, comunicar, oferecer às novas gerações novos desafios e até mesmo novos sonhos e novas utopias. A integração implica que estejamos preparados para, no domínio económico produzirmos e competirmos eficientemente, e no domínio político e social, erguermos um Estado de direito e responsável, regido por princípios de boa governação e um sistema judicial transparente. Para isso, é fundamental que se aposte mais na educação a todos os níveis.

É por esta via que também devemos repensar o novo papel das universidades. Como ensinar as novas gerações que vão em breve pertencer a uma comunidade integrada? Em vários organismos internacionais de ciência têm vindo a discutir-se o estatuto e o papel das universidades e instituições de investigação, e os desafios que se lhes colocam face à integração (e à globalização). Como as universidades são (teoricamente) instituições autónomas, a sua responsabilidade é decisiva neste desafio. Dependerá sobretudo da sua capacidade de trabalho, da sua imaginação, mas também da confiança que nelas todos depositamos enquanto espaços democráticos de cultura, conhecimento e convivência social³.

Diz-se hoje sem qualquer hesitação que vivemos na «sociedade do conhecimento». Para mim não é inteiramente claro que assim seja, já que é geralmente «informação» a que nos referimos quando falamos de «conhecimento». Na verdade, será mais acertado e cauteloso falar-se em «sociedade da informação» do que em «sociedade do conhecimento». Ao longo da história da humanidade, com intervalos mais ou menos longos de retrocesso, todas as sociedades fizeram sempre depender a sua sobrevivência e desenvolvimento do conhecimento e da técnica, do saber fazer. Efectivamente, o que hoje é diferente é a quantidade de informação que pode ser globalmente disponibilizada e a velocidade a que pode ser partilhada. A informação está disponível e acessível a todos através das novas tecnologias de informação, sobretudo a *internet*, onde encontramos tudo à disposição e a descobrir desde que haja interesse e capacidade organizativa.

³. François Gros, *Desafiar as Universidades numa Sociedade de Conhecimento*, Lisboa, Dom Quixote, 2003, pp. 225-232. O Professor François Gros é membro da Academia das Ciências da França

Assim, um primeiro grande desafio reside, porventura, na necessidade de inserir a Ciência nos seus contextos histórico, filosófico e cultural, o que implica o restabelecimento, sempre problemático, de uma ajustada ligação entre ciências sociais e humanas e ciências exactas⁴. Entre os nossos estudantes universitários, poucos são os que conhecem a forma como histórica e filosoficamente o conhecimento científico foi sendo construído. São em grande número aqueles que não conhecem o passado cultural e geográfico das grandes realizações científicas que a humanidade produziu. Raros são os que sabem avaliar as consequências, sociais ou éticas, da disciplina/curso que escolheram e, posteriormente do trabalho que realizam. É preciso criar nos nossos estudantes, e também em alguns dos seus docentes, a ideia de que a Ciência é algo mais do que proporcionar uma um emprego ou uma profissão, porque se tem a sorte de ter na mão um «canudo».

Na Universidade, as capacidades têm indubitavelmente que ser ensinadas através da prática. É no ensino e na aprendizagem dessas capacidades que as universidades encontram o seu novo papel na sociedade da globalidade que hoje vivemos. Às universidades já não compete apenas a função de adquirir, preservar e divulgar o conhecimento. De certa forma até, segundo vários analistas, essa função foi retirada às universidades. Não estando completamente de acordo, diria antes que ela certamente reduzida, não deixando, contudo, de ser importante ainda hoje, não sendo embora a principal função. Ao dizermos que, actualmente, as universidades devem virar-se mais para o ensino e aprendizagem de capacidades, e não só do conhecimento, do que capacidades estamos a falar?

Segundo um recente relatório do MEC sobre as qualificações do Ensino Superior, cuja aplicação ainda não ocorreu, a preparação de quadros qualificados das universidades deve ter em conta "o desenvolvimento de capacidades como a problematização, o domínio das noções operatórias fundamentais em cada área científica e as habilidades necessárias para conceber e desenvolver soluções ajustadas à realidade social e profissional, aplicando abordagens metodológicas próprias". Mais ainda, e atendendo à nossa realidade, qualquer reforma curricular a empreender no Ensino Superior, deve levar em consideração as condições do ensino dos níveis anteriores e dos conhecimentos e competências que se pretende que os graduados venham a obter⁵.

No seguimento destas proposições, a primeira capacidade (ou será habilidade?) a desenvolver deverá ser a adopção de uma atitude crítica relativamente a toda a informação, e especialmente aquela disponível por via da *on line* (qual a sua origem? quem estabeleceu que ela é verdadeira? confronto com outras informações e interpretações? Por experiência todos nós que ensinamos sabemos como não é fácil desenvolver esta capacidade crítica que se revela da maior importância. Até porque muitos de nós não, nas universidades, não sabemos como fazer para desenvolver essa capacidade crítica.

⁴. François Gros, *op. cit.*.

⁵. MEC, *Relatório sobre o Desenvolvimento do Quadro Nacional de Qualificações para o Ensino Superior*, Maputo, 2008.

Há ainda outras habilidades(?) que os estudantes (e, porventura também professores) devem aspirar a aprender, e aprender através da única forma que temos de aprender qualquer coisa - a prática. Entre elas (talvez sejam mais), a habilidade de saber pesquisar. O estudante deve estar preparado para dar resposta a coisas tão simples como: i) o que deve ser considerado como prova/evidência?; ii) ou, antes disso, o que é tido como uma evidência nos vários domínios científicos?; iii) o que é uma opinião ou um facto?. Finalmente, deve desenvolver a capacidade de apresentar um argumento lógico e inteligível. Parecem coisas simples mas são capacidades e habilidades que os nossos estudantes universitários precisam de aprender praticando. Como precisam também de adquirir hábitos de estudo e de trabalho que não puderam desenvolver nos níveis de ensino anteriores. Se no final dos seus cursos os nossos estudantes tiverem obtido estas capacidades, e se a universidade derem atenção a estes objectivos, então teremos a certeza que a universidade terá justificado amplamente a sua existência como instituição de formação.

Todavia, estas como outras capacidades (serão virtudes?) só podem ser ensinadas pelo exemplo, ou seja através do contacto com professores reais que manifestam essa atitude perante o ensino. Para termos estudantes críticos e que duvidam sempre, os professores devem também ser críticos, capazes de levantar questões sobre a argumentação baseada em informações que os seus estudantes estão dispostos a aceitar como verdadeiras. Devem, além disso, abrir-se à argumentação, sem dogmatismos e, sobretudo, abrir-se ao envolvimento naquilo que é o mais importante elemento da educação - o diálogo. Estou a falar de algo que influenciou muitas gerações de estudantes e que parece ter desaparecido do vocabulários e das práticas de ensino nas escolas: o estilo socrático.

Devo dizer que como professor me sinto altamente gratificado quando no fim das matérias que lecciono ou perante estudantes que terminam os cursos onde lecciono, encontro jovens que têm dúvidas sobre aquilo que aprenderam, e até sobre o fim ou o sentido da sua própria formação. Como formadores devemos estimular e motivar os jovens para a curiosidade, o desejo de saberem mais sobre o tema de seu interesse, levando-os a aproximarem-se da verdade que, como também todos sabemos, está longe de ser absoluta. Devemos também estar conscientes de que a proporção de jovens motivados pela curiosidade, decrescerá, inevitavelmente, à medida que o número de estudantes aumenta nas instituições. Já hoje se vive essa situação, em que o número excessivo de estudantes inviabiliza a ensino baseado na prática que crie as capacidades que anteriormente mencionei.

É muito importante que os professores estejam preparados para se envolverem em questões relacionadas com a finalidade daquilo que os estudantes estão a aprender. Além de deverem estar claros sobre se o que fazem é em seu benefício ou em benefício da sociedade (objectivos que não são necessariamente incompatíveis), devem também estar preparados, conjuntamente com os estudantes, para responder a questões tão complexas como, por exemplo, avaliar as implicações sociais que emergem das novas tecnologias aprendidas. Ao dizer isto pretendo mostrar que, por muito sofisticadas que

sejam as novas tecnologias, a aprendizagem feita por essa via não pode (não consegue) substituir a aprendizagem através do diálogo entre professores reais e estudantes.

A revalorização da importância do ensino com a presença do professor tem, indiscutivelmente, todas as vantagens. Em primeiro lugar o «sentido da história». Nesta questão os professores, porque mais familiarizados com os temas ministrados e com a história desses mesmos temas, estão em posição privilegiada para, por um lado, acrescentarem novas informações ao conhecimento já acumulado e, por outro lado, incrementarem, nos estudantes, uma compreensão que apenas é alcançada por uma perspectivação do presente através do passado, independentemente do domínio científico de que estejamos a falar. A falta do sentido da história é uma das mais deploráveis perdas das actuais gerações de estudantes, de professores e não só. Depois, é preciso levar em consideração que a Universidade, mais uma vez no seu sentido de universalidade, ao desenvolver o espírito crítico entre estudantes e professores, pode ser o grande factor de persuasão e dissuasão de todas as formas de fundamentalismo, de todos os matizes, do religioso ao político, evitando assim a adesão fanática a interpretações literais de textos e de informação em geral. É esse também outro dos grandes desafios da Universidade na actualidade: o combate a todas as formas de autoritarismo, de que os fundamentalismos são só o exemplo mais extremo. A Universidade não deve assumir nada como garantido, nenhuma verdade absoluta nem crença ou dogma, científico, moral ou religioso, que não seja desafiada, antes submetendo tudo a discussão.

Se a transmissão do conhecimento já não é a mais importante função da universidade, então a sua verdadeira função em tempos de integração e de globalização, deverá ser a interminável crítica e investigação daquilo que é reclamado como conhecimento. Esse objectivo só pode ser alcançado com diálogo. Esta deverá ser uma tarefa da universidade actual, mesmo que se pense que com a sua visão de permanente criticismo, possa vir a resultar em maior cepticismo que já hoje caracteriza as sociedades um pouco por todo o mundo. Este estilo de universidade, sempre a questionar o que se propõe como conhecimento, poderá reforçar a coesão da(s) sociedade(s), em tempo de integração, levando-as a ter mais confiança nas suas leis e nos seus governos.

Com esta atitude, serão reduzidas as tensões que encontram justificação quando interesses políticos ou interesses pessoais obscuros se sobrepõem a tudo o resto. É necessário que aqueles que têm a cargo o ensino e a educação, o façam desapassionadamente e com espírito aberto, permitindo que através do diálogo e da discussão consigam distinguir, na avalanche de informação, o que é e o que não é fidedigno. Sempre que o consigam fazer estão a desempenhar bem a sua função. A Universidade deve ser fonte de uma atitude essencialmente moral, no sentido ético, relativamente ao que deve ser acreditado e ao que deve ser rejeitado e, desta forma, uma fonte de valores segundo os quais devemos viver. Na Universidade não se deve ter medo de falar e não pode haver silenciamento das opiniões e da crítica científica, pois

não pode haver "academia sem pensamento aberto, livre e com base no método da crítica cartesiana"⁶.

Todos sabemos que as universidades são, por excelência, os centros da actividade científica, e como tal representam o que de mais importante existe num sistema de ciência e tecnologia dinâmico. A estrutura disciplinar/curricular é que organiza o ensino nas universidades, sendo o elo essencial que liga o ensino e a investigação, determinando que nas universidades ambos devem estar estreitamente ligados. As práticas de investigação articulam a estrutura disciplinar, modificando, sempre que necessário, o que se consideram ideias essenciais, técnicas e métodos que devem ser ensinados aos estudantes. Assim, nas nossas universidades, a estrutura disciplinar deve articular por um lado a produção do conhecimento (complexo de ideias, métodos, valores e normas) e, por outro lado, a aplicação desse mesmo conhecimento, evoluindo de uma forma transdisciplinar e numa heterogeneidade de técnicas. Deste modo estamos a considerar uma formação universitária caracterizada pela reflexão e pela responsabilidade.

Tanto nas ciências sociais e humanas como nas ciências técnicas e tecnológicas, "a especialização é vista como uma forma segura de fazer avançar o conhecimento"⁷. Mas, é evidente que a investigação e a aplicação científica dos conhecimentos não é exclusivo das universidades, que é apenas um parceiro, seguramente o mais qualificado, entre muitos outros na determinação da agenda de investigação. Na verdade, a produção de conhecimento, nas suas teorias como nos seus métodos e técnicas, difundiu-se para diferentes tipos de instituições, tornando a produção de conhecimento num processo socialmente distribuído.

Estou a falar, obviamente, nos centros de investigação extra-universitários, verdadeiros centros estruturantes de ciência, como é o caso, entre nós, do IESE, um espaço onde está a desenvolver-se uma investigação reconhecidamente competente, e que conta, no seu efectivo com investigadores que são até universitários. O IESE veio mostrar que é possível fazer investigação fora das instituições "formais". Todas estas iniciativas devem ser apoiadas, pois podem constituir factor de motivação e estímulo para a maioria das instituições universitárias e centros de investigação, como forma de afirmação da democratização da investigação, da aceitação do pensamento livre e "do método crítico sem exclusões cínicas, controlos ideológicos e na fuga aos assuntos incómodos"⁸. Através de iniciativas deste género é possível promover o debate através da divulgação dos resultados da investigação, por forma a que "se tornem propriedade da sociedade", dando a conhecer deste modo "as tendências de investigação que têm sido desenvolvidas", as quais, por sua vez, passam a ser conhecidas de forma mais abrangente⁹.

⁶. João Mosca, *Savana*, 01/05/09.

⁷. Michael Gibbons, *Globalização, Competitividade e o Futuro da Educação Superior*, Lisboa, Dom Quixote, 2003, pp. 233-248.

⁸. João Mosca, *op. cit.*.

⁹. Carlos Nuno Castel-Branco, na sessão de apresentação da II Conferência Internacional do IESE, Maputo, Setembro 2008.

São por demais conhecidas as tensões que se geram em torno da questão da investigação entre académicos, entre instituições e entre académicos e instituições, todas elas legítimas, quer seja pela procura de reconhecimento dos investigadores (legítima), pela recompensa pelo reconhecimento da actividade de investigação como actividade prioritária ou simplesmente pela procura do prestígio da instituição que se considera mais importante. Entre os académicos e investigadores reina uma enorme tensão resultante da preocupação pela redução dos orçamentos para as universidades e para a investigação, o que acontece um pouco por todo o mundo. Também aqui, a integração pode jogar o seu papel na redução dessas tensões, na medida em que os investigadores e as instituições dos países menos desenvolvidos podem ver reconhecida a qualidade dos seus investigadores e a legitimidade das suas instituições neste domínio. Aliás, a actividade científica e de investigação tende a organizar-se, cada vez mais, numa base transnacional, aproveitando as facilidades de acesso a linguagens e metodologias comuns e facilmente ajustáveis.

Com as diferentes formas e modelos de integração podem ser criadas condições apropriadas para uma maior mobilidade entre as universidades e centros de investigação, encorajando-se desse modo o trabalho universitário em rede, a utilização massiva das novas tecnologias de informação e o desenvolvimento de novas metodologias de formação. Vista desta forma, a integração pode trazer enormes benefícios, sobretudo encorajando o desenvolvimento de perspectivas multidisciplinares e transversais, incentivando os estudantes a adquirirem uma perspectiva mais concreta das relações entre ciência, tecnologia e sociedade e a familiarizarem-se com os desafios que se colocam à escala regional ou planetária, como, por exemplo o desenvolvimento económico, o desequilíbrio Norte-Sul ou as relações Sul-Sul.

Entre nós, ainda não se poderá falar de uma verdadeira comunidade nacional de investigação, pelo facto de, por razões económicas, nem as nossas instituições nem os nossos (poucos) investigadores beneficiarem de uma integração nas redes científicas internacionais. Os nossos (poucos) investigadores ainda não beneficiam de uma integração nas redes científicas internacionais. As nossas universidades e instituições de investigação vivem voltadas sobre si mesmas, com pouca ou mesmo nenhuma relação aos circuitos mais avançados de produção e difusão científicas.

É, por isso, urgente que se crie um movimento de aproximação dos investigadores moçambicanos aos centros de excelência sediados no estrangeiro, começando pelos africanos da região. Sem esse apoio, o desenvolvimento das ciências no país será menos conseguido ou até mesmo comprometido. Em todo o mundo, têm sido muitos os acordos entre universidades para facilitar o intercâmbio de estudantes e professores. Estes acordos podem ser induzidos por factores como a proximidade geográfica/regional, mas em todos os casos ilustram sempre a vontade de estabelecer verdadeiros intercâmbios culturais e tecnológicos.

Actualmente, o fluxo de estudantes é quase sempre unidireccional, favorecendo nas escolhas os países tecnologicamente mais desenvolvidos (mais ricos!). É necessário

estimular o intercâmbio entre estudantes e professores de países com um grau de desenvolvimento comparável, e por isso a necessidade de intercâmbios a nível regional (SADC) ou entre países com alguma afinidade histórica ou cultural (CPLP). Este intercâmbio, essa livre circulação pode resultar naquilo que alguns cientistas designam de «*brain train*», a que se pode apropriadamente chamar «o escoamento/circulação do conhecimento». Sabemos como essa vontade é crítica em países como Moçambique (em desenvolvimento), daí resultando a necessidade urgente de fortalecer, material e intelectualmente, a nossa instituição «Universidade». É a isso que alguns cientistas chamam «construção de capacidades na investigação e na educação»¹⁰.

Há muitos exemplos e formas de colaboração científica internacional bem sucedidas. A colaboração científica desse tipo pode, nomeadamente, acelerar o progresso da ciência, ajudar a criar e reforçar as pontes entre diversas sociedades e a desempenhar um papel na redução de conflitos e tensões, no reforço das redes científicas e no respeito profissional mútuo. Existe, aliás, um consenso generalizado de que é importante para o desenvolvimento criar capacidade científica e tecnológica, e que as parcerias e a colaboração podem desempenhar um papel determinante na criação dessa capacidade.

A ciência é uma linguagem comum, pelo que a colaboração científica, além de poder acelerar o progresso científico, pode também ajudar a construir pontes entre as diversas sociedades e ter um papel na redução das tensões nas redes existentes e no respeito profissional mútuo dos cientistas envolvidos, podendo também contribuir para o desenvolvimento. O caminho a seguir pode ser, porventura, aquele que foi apontado há alguns anos pelo professor Chris Lewellyn Smith: a criação de centros de excelência locais e regionais. Este ilustre cientista propunha ainda a criação do que designa por «*bridge-buildings fellowships*», isto é, pontes de cooperação entre universidades e centros de investigação, que podem desempenhar um papel determinante na contenção da fuga de cérebros, sustentando a colaboração mútua benéfica e o estabelecimento de redes com outras universidades de países mais desenvolvidos¹¹. No nosso caso, deve começar-se por se estabelecer essas pontes entre as universidades dos espaços de integração em que nos revemos, a saber a SADC e a CPLP. Estou convicto que iniciativas destas, que, pelo seu impacto, necessitam de investimentos substanciais, podem ser capazes de atrair o interesse dos governos dos países da SADC e da CPLP, de fundações beneméritas e das instituições financeiras internacionais, com a garantia de retornos evidentes¹².

Correndo o risco de poder ser considerado paradoxal, parece que é através da participação próxima da comunidade no desenvolvimento e criação de programas de investigação que as universidades serão capazes de manter a sua integridade e

¹⁰. François Gros, *op. cit.*.

¹¹. Christopher Llewellyn Smith, *A Colaboração Científica, Promovendo o Progresso, Construindo Pontes*, Lisboa, Dom Quixote, 2003, pp. 153-180.

¹². É de toda a justeza mencionar o Consórcio Africano de Investigação Económica (www.aerafrica.org) como um exemplo de uma rede bem sucedida, estabelecida para reforçar a capacidade local para desenvolver investigação independente e rigorosa sobre problemas pertinentes à gestão das economias da África subsahariana.

imparcialidade como instituições que servem o bem público. As universidades não podem retirar-se para a posição de torres de marfim, mas sim desenvolver políticas de colaboração com a sociedade. Apoiadas na sua experiência em gestão e produção de conhecimento, de impacto social inquestionável, as universidades estarão assim mais capacitadas a participar criticamente no processo de integração.

Aurélio Rocha

Professor Auxiliar da FLACS da UEM

Maputo, Maio de 2009